


1.000

QUESTÕES PARA O


PC-DF

AGENTE DE CUSTÓDIA


SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	13
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	13
→ ADJETIVO	13
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	15
→ CORRELAÇÃO VERBAL.....	19
→ LOCUÇÃO VERBAL.....	20
→ PRONOMES PESSOAIS.....	21
→ PRONOMES DEMONSTRATIVOS.....	21
→ PRONOMES RELATIVOS.....	22
→ QUESTÕES MESCLADAS SOBRE PRONOMES.....	24
→ ADVÉRBIO	25
→ PREPOSIÇÃO.....	26
→ CONJUNÇÃO.....	29
→ TERMOS INTEGRANTES (OBJETO DIRETO E INDIRETO, COMPLEMENTO NOMINAL E AGENTE DA PASSIVA).....	33
→ TERMOS ACESSÓRIOS (ADJUNTO ADNOMINAL, ADJUNTO ADVERBIAL E APOSTO). VOCATIVO	34
→ ORAÇÕES COORDENADAS	38
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS	38
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS	40
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS	41
→ FUNÇÃO SINTÁTICA DOS PRONOMES PESSOAIS ÁTONOS	45
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	46
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	52
→ CRASE.....	53
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	57
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC).....	62
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO).....	67
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	72
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	77
→ GABARITO 	82

CONHECIMENTOS SOBRE O DISTRITO FEDERAL 85


- DIREITO URBANÍSTICO - LEI COMPLEMENTAR Nº 94/1998 - RIDE/DF 85
- GEOGRAFIA - GEOGRAFIA DO DISTRITO FEDERAL E DA RIDE/DF 85
- GABARITO  88

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO 89

- MATEMÁTICA - DEFINIÇÃO, SUBCONJUNTOS, INCLUSÃO E PERTINÊNCIA, OPERAÇÕES, CONJUNTO DAS PARTES 89
- NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA 89
- PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS 91
- REGRA DE TRÊS SIMPLES..... 92
- PORCENTAGEM..... 93
- ANÁLISE COMBINATÓRIA (PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM, ARRANJOS, COMBINAÇÕES, PERMUTAÇÕES) 95
- EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU 96
- EQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU E EQUAÇÕES BIQUADRADAS 97
- PROGRESSÃO ARITMÉTICA..... 97
- PROGRESSÃO GEOMÉTRICA..... 98
- RACIOCÍNIO LÓGICO - PROPOSIÇÕES: DEFINIÇÃO, RECONHECIMENTO, PRINCÍPIOS LÓGICOS 99
- OPERADORES LÓGICOS (REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA; DIFERENÇA ENTRE PROPOSIÇÃO SIMPLES E COMPOSTA). 100
- TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS 101
- EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS)..... 101
- ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE 102
- DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES 103
- ARGUMENTOS INDUTIVOS, ARGUMENTOS POR ABDUÇÃO..... 103
- LÓGICA DE PRIMEIRA ORDEM 104
- SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS..... 104
- GABARITO  105


INFORMÁTICA 107

- PROCESSADOR (CPU) E ARQUITETURA DE COMPUTADOR 107
- MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.)..... 107
- BARRAMENTOS, PLACA-MÃE E BIOS 107
- PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA)..... 108
- WINDOWS 10..... 108
- WINDOWS 11..... 109
- LINUX / UNIX 109
- **WORD 2019**..... **110**
- **EXCEL 2019** **111**
- **POWERPOINT 2019** **112**

→ WRITER.....	112
→ CALC.....	113
→ IMPRESS.....	113
→ CONCEITOS, MODELOS, TIPOS E TOPOLOGIAS DE REDES.....	113
→ EQUIPAMENTOS, MEIOS DE TRANSMISSÃO E CONEXÃO.....	113
→ CONCEITOS DE INTERNET.....	114
→ INTRANET E EXTRANET.....	114
→ MOZILLA FIREFOX.....	115
→ GOOGLE CHROME.....	115
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO).....	116
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).....	116
→ REDES SOCIAIS (FACEBOOK, WHATSAPP, ETC.).....	117
→ GRUPOS COLABORATIVOS E DE DISCUSSÃO.....	117
→ CONCEITOS E TIPOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING).....	118
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	119
→ FIREWALL E PROXY.....	121
→ ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE.....	121
→ PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (SENHAS, AUTENTICAÇÃO ETC.).....	122
→ GABARITO 	122


NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO.....125

→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	125
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS.....	125
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	126
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	126
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	127
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO.....	127
→ PODER REGULAMENTAR.....	128
→ PODER HIERÁRQUICO.....	128
→ PODER DISCIPLINAR.....	128
→ PODER DE POLÍCIA.....	128
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	129
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS).....	129
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.....	130
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	130
→ RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS EMPRESAS ESTATAIS E DAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	131
→ RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS E DIREITO DE REGRESSO.....	131
→ EXCLUDENTES E ATENUANTES DE RESPONSABILIDADE.....	132
→ RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATOS OMISSIVOS.....	132

→ RESPONSABILIDADE POR ATOS LEGISLATIVOS E JUDICIAIS	132
→ CONTROLE ADMINISTRATIVO (DIREITO ADMINISTRATIVO).....	132
→ PARLAMENTAR DIRETO (CONTROLE POLÍTICO)	133
→ PARLAMENTAR DIRETO (CONTROLE POLÍTICO)	133
→ PARLAMENTAR INDIRETO (TRIBUNAIS DE CONTAS E CONTROLE TÉCNICO-FINANCEIRO).....	133
→ CONTROLE JURISDICIONAL	134
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	134
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	135
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E ABRANGÊNCIA (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 8.112/1990).....	135
→ FORMAS DE PROVIMENTO (ARTS. 5º A 32 DA LEI Nº 8.112/1990).....	136
→ VACÂNCIA (ARTS. 33 A 35 DA LEI Nº 8.112/1990)	136
→ REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO (ARTS. 36 A 39 DA LEI Nº 8.112/1990).....	136
→ DAS VANTAGENS: INDENIZAÇÕES (ARTS. 49 A 60-E DA LEI Nº 8.112/1990).....	137
→ DAS FÉRIAS (ARTS. 77 A 80 DA LEI Nº 8.112/1990).....	137
→ DAS LICENÇAS, AFASTAMENTOS E CONCESSÕES (ARTS. 81 A 99 DA LEI Nº 8.112/1990).....	137
→ DO DIREITO DE PETIÇÃO (ARTS. 104 A 115 DA LEI Nº 8.112/1990)	138
→ DO REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 116 A 142 DA LEI Nº 8.112/1990).....	138
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (ARTS. 143 A 182 DA LEI Nº 8.112/1990).....	138
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021)	139
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021)	140
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	140
→ GABARITO 	141


NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL..... 143

→ CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS).....	143
→ GERAÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	144
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	145
→ HABEAS CORPUS	146
→ MANDADO DE SEGURANÇA.....	146
→ MANDADO DE INJUNÇÃO	147
→ HABEAS DATA.....	147
→ AÇÃO POPULAR	148
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	148
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	149
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	150
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	151
→ PERDA DA NACIONALIDADE	152
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)	152
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	152
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	154


→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	155
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988).....	155
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988).....	157
→ GABARITO 	158

NOÇÕES DE DIREITO PENAL..... 161


→ PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E ANTERIORIDADE PENAL E DEMAIS PRINCÍPIOS DECORRENTES (ART. 1º DO CP).....	161
→ PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE DIREITO PENAL.....	161
→ CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP).....	162
→ LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º DO CP).....	162
→ DA CONTAGEM DOS PRAZOS (ARTS. 10 E 11 DO CP).....	162
→ CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIS (ART. 12 DO CP).....	162
→ LUGAR DO CRIME (ART. 6 DO CP).....	163
→ PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE (ART. 5º DO CP).....	163
→ PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE (ART. 7º DO CP).....	164
→ HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP).....	164
→ FEMINICÍDIO (ART. 121-A DO CP).....	164
→ INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO A SUICÍDIO OU A AUTOMUTILAÇÃO (ART. 122 DO CP).....	165
→ INFANTICÍDIO (ART. 123 DO CP).....	165
→ ABORTO PROVOCADO POR TERCEIRO (ARTS. 125 A 128 DO CP).....	166
→ DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129 DO CP).....	166
→ DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 138 A 145 DO CP).....	167
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL (ARTS. 146 A 149-A DO CP).....	167
→ DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DE DOMICÍLIO (ART. 150 DO CP).....	167
→ DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DOS SEGREDOS (ARTS. 153 A 154-B DO CP).....	168
→ DO FURTO (ARTS. 155 E 156 DO CP).....	168
→ DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP).....	169
→ DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA (ARTS. 168 A 170 DO CP).....	169
→ DO ESTELIONATO E DAS OUTRAS FRAUDES (ARTS. 171 A 179 DO CP).....	169
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO (ARTS. 181 A 183 DO CP).....	170
→ FUNCIONÁRIO PÚBLICO PARA FINS PENAIS (ART. 327 DO CP).....	170
→ PECULATO (ART. 312 DO CP).....	171
→ CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP).....	171
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	171
→ PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A DO CP).....	172
→ CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA (ART. 320 DO CP).....	172
→ USURPAÇÃO DE FUNÇÃO PÚBLICA (ART. 328 DO CP).....	172
→ TRÁFICO DE INFLUÊNCIA (ART. 332 DO CP).....	173
→ CORRUPÇÃO ATIVA (ART. 333 DO CP).....	173
→ SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ART. 337-A DO CP).....	173

→ DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (ARTS. 337-E A 337-P DO CP).....	173
→ AUTO-ACUSAÇÃO FALSA (ART. 341 DO CP).....	174
→ FALSO TESTEMUNHO OU FALSA PERÍCIA (ARTS. 342 E 343 DO CP)	174
→ EXERCÍCIO ARBITRÁRIO DAS PRÓPRIAS RAZÕES (ARTS. 345 E 346 DO CP)	174
→ FAVORECIMENTO PESSOAL (ART. 348 DO CP).....	174
→ FAVORECIMENTO REAL (ARTS. 349 E 349-A DO CP).....	174
→ EXPLORAÇÃO DE PRESTÍGIO (ART. 357 DO CP)	175
→ VIOLÊNCIA OU FRAUDE EM ARREMATAÇÃO JUDICIAL (ART. 358 DO CP)	175
→ DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS (ARTS. 359-A A 359-H DO CP)	175
→ GABARITO 	176

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL 177


→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP).....	177
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E PRISÃO ESPECIAL (ARTS. 282 A 300 DO CPP).....	178
→ DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310 DO CPP)	179
→ DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316 DO CPP)	181
→ DA PRISÃO DOMICILIAR (ARTS. 317 E 318 DO CPP)	182
→ DA LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA (ARTS. 321 A 350 DO CPP).....	183
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 60 A 62 DA LEI Nº 9.099/1995)	185
→ DA COMPETÊNCIA E DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 63 A 68 DA LEI Nº 9.099/1995)	186
→ DA FASE PRELIMINAR (ARTS. 69 A 76 DA LEI Nº 9.099/1995)	186
→ DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (ARTS. 77 A 83 DA LEI Nº 9.099/1995)	188
→ DA EXECUÇÃO, DAS DESPESAS PROCESSUAIS E DISPOSIÇÕES FINAIS (ARTS. 84 A 92 DA LEI Nº 9.099/1995)	189
→ GABARITO 	190

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS 191

→ DIREITOS HUMANOS - CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS.....	191
→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)	192
→ INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DH AO DIREITO BRASILEIRO. POSIÇÃO HIERÁRQUICA.....	194
→ REGRAS MÍNIMAS DA ONU PARA O TRATAMENTO DE PRISIONEIRO.....	194
→ DECRETO Nº 7.037/2009 - PNDH-3	194
→ DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	195
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL (ART. 61 A 81-B DA LEI Nº 7.210/1984 - LEP)	196
→ GABARITO 	198

LEGISLAÇÃO ESPECIAL..... 199

→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 12.846/2013).....	199
→ DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (ARTS. 6º E 7º DA LEI Nº 12.846/2013).....	199
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO (ARTS. 8º A 15 DA LEI Nº 12.846/2013).....	200
→ DO ACORDO DE LENIÊNCIA (ARTS. 16 E 17 DA LEI Nº 12.846/2013).....	200
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E ABRANGÊNCIA (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 8.112/1990).....	200
→ FORMAS DE PROVIMENTO (ARTS. 5º A 32 DA LEI Nº 8.112/1990).....	201
→ VACÂNCIA (ARTS. 33 A 35 DA LEI Nº 8.112/1990).....	201
→ REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO (ARTS. 36 A 39 DA LEI Nº 8.112/1990).....	201
→ DAS VANTAGENS: INDENIZAÇÕES (ARTS. 49 A 60-E DA LEI Nº 8.112/1990).....	202
→ DAS FÉRIAS (ARTS. 77 A 80 DA LEI Nº 8.112/1990).....	202
→ DAS LICENÇAS, AFASTAMENTOS E CONCESSÕES (ARTS. 81 A 99 DA LEI Nº 8.112/1990).....	202
→ DO DIREITO DE PETIÇÃO (ARTS. 104 A 115 DA LEI Nº 8.112/1990).....	203
→ DO REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 116 A 142 DA LEI Nº 8.112/1990).....	203
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (ARTS. 143 A 182 DA LEI Nº 8.112/1990).....	203
→ DA SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR (ARTS. 183 A 230 DA LEI Nº 8.112/1990).....	204
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	204
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992).....	204
→ DAS PENAS (ART. 12 DA LEI Nº 8.429/1992).....	205
→ DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	206
→ DAS DISPOSIÇÕES PENAIS (ARTS. 19 A 22 DA LEI Nº 8.429/1992).....	206
→ DAS DISPOSIÇÕES PENAIS (ARTS. 19 A 22 DA LEI Nº 8.429/1992).....	206
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 23 A 23-C DA LEI Nº 8.429/1992).....	207
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - LEI Nº 9.455/1997 - CRIMES DE TORTURA.....	207
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 9.605/1998).....	208
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 6º A 24 DA LEI Nº 9.605/1998).....	208
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DA APREENSÃO DO PRODUTO E DO INSTRUMENTO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA OU DE CRIME (ART. 25 DA LEI Nº 9.605/1998).....	209
→ DOS CRIMES CONTRA A FAUNA (ARTS. 29 A 37 DA LEI Nº 9.605/1998).....	209
→ DOS CRIMES CONTRA A FLORA (ARTS. 38 A 53 DA LEI Nº 9.605/1998).....	209
→ DA POLUIÇÃO E OUTROS CRIMES AMBIENTAIS (ARTS. 54 A 61 DA LEI Nº 9.605/1998).....	210
→ DOS CRIMES CONTRA O ORDENAMENTO URBANO E O PATRIMÔNIO CULTURAL (ARTS. 62 A 65 DA LEI Nº 9.605/1998).....	210
→ DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL (ARTS. 66 A 69 DA LEI Nº 9.605/1998).....	210
→ DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - SISNAD (ART. 3º A 17 DA LEI Nº 11.343/2006).....	211
→ DA PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO, ATENÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL (ARTS. 18 A 30 DA LEI Nº 11.343/2006).....	211

→ DISPOSIÇÕES GERAIS E DOS CRIMES (ARTS. 31 A 47 DA LEI Nº 11.343/2006).....	211
→ TÓPICOS MESCLADOS E JURISPRUDÊNCIA DA LEI Nº 11.343/2006	211
→ LEI Nº 12.850/2013 - CRIME ORGANIZADO (ANTIGA LEI Nº 9.034/1995).....	212
→ LEI Nº 13.869/2019 - LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE (ANTIGA LEI Nº 4.898/1965).....	212
→ GABARITO 	213

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

→ CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS)

1. (CEBRASPE-CESPE – 2022) Com relação ao direito à igualdade, expressamente previsto no art. 5.º da Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

- a) Para garantir a efetividade do princípio da igualdade, a Constituição Federal de 1988 não prevê nenhuma norma que trate homens e mulheres de maneira diferenciada. O mencionado princípio da igualdade deve ser considerado de forma absoluta, não se admitindo, em nenhuma hipótese, qualquer forma de diferenciação entre os sexos.
- b) O princípio constitucional da igualdade está direcionado exclusivamente ao legislador, pois o Poder Legislativo é o responsável pela formação do ordenamento jurídico a partir das regras estabelecidas no art. 59 e seguintes da Constituição Federal de 1988.
- c) O princípio da igualdade está direcionado exclusivamente aos órgãos da administração pública, considerando-se ser ela a responsável por aplicar o ordenamento jurídico no caso concreto, mediante atos administrativos, visando à realização do interesse público.
- d) Embora o princípio da igualdade esteja direcionado a toda a administração pública, é possível que, em determinadas situações, mesmo que não haja um motivo legitimador, ocorram certas diferenciações na seleção de candidatos a ocuparem cargos públicos. Nesse caso específico, a administração pública disporá de discricionariedade ilimitada para escolher os candidatos mais aptos, observando que os agentes públicos que ocupam cargos na estrutura do Estado são os responsáveis pela realização do interesse público.
- e) Analisando-se o princípio da igualdade com relação ao particular, verifica-se que este não poderá tratar os demais membros da sociedade de maneira discriminatória, atingindo direitos fundamentais por meio de condutas preconceituosas, sob pena de responsabilização civil e até mesmo criminal, quando o ato for tipificado como crime. Assim, é vedado ao particular, na contratação de empregados, por exemplo, utilizar qualquer critério discriminatório com relação a sexo, idade, origem, raça, cor, religião ou estado civil.

2. (CEBRASPE-CESPE – 2022) Acerca dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- a) A fundamentalidade material dos direitos fundamentais decorre da circunstância de serem os direitos fundamentais elemento constitutivo da Constituição material, contendo decisões fundamentais sobre a estrutura básica do Estado e da sociedade.
- b) A noção da fundamentalidade material não permite a abertura da Constituição a outros direitos fundamentais não constantes do seu texto.
- c) A noção da fundamentalidade formal não permite a abertura da Constituição a outros direitos fundamentais não constantes do seu texto.

- d) A fundamentalidade material não possui aplicabilidade imediata.
- e) A noção da fundamentalidade formal dos direitos fundamentais não os submete aos limites formais e materiais do poder de reforma constitucional.

3. (CEBRASPE-CESPE – 2022) No que tange aos direitos e deveres individuais e coletivos na CF, assinale a opção correta.

- a) Pelo fato de o Brasil adotar uma Constituição analítica, são reconhecidos como direitos fundamentais apenas aqueles expressos no texto constitucional.
- b) Apenas têm o status de direitos fundamentais aqueles indicados no art. 5.º da CF.
- c) Estrangeiros não residentes no Brasil não podem ser titulares de direitos fundamentais no país.
- d) O processo de reconhecimento das gerações de direitos fundamentais tem caráter cumulativo, de modo que gerações subsequentes não excluem as anteriores.
- e) Para a incorporação ao direito brasileiro de um tratado internacional de direitos humanos, é bastante que ele seja aprovado nas duas casas do Congresso Nacional.

4. (CEBRASPE-CESPE – 2021) Considerando a jurisprudência, assinale a opção correta relativa a direitos e garantias fundamentais estabelecidos na CF.

- a) A execução de pena privativa de liberdade antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória não contraria o disposto na CF.
- b) A CF veda a extradição de brasileiro nato, de brasileiro naturalizado e de estrangeiro por crime político ou de opinião, mas admite a extradição de brasileiro naturalizado e de estrangeiro em relação à prática de crime comum.
- c) Em obediência ao princípio da igualdade, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece que há impossibilidade absoluta e genérica de se estabelecer diferencial de idade para o acesso a cargos públicos.
- d) Os direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, razão pela qual nenhum dos direitos individuais previstos na CF necessita de lei para se tornar plenamente executável.
- e) Os direitos fundamentais são personalíssimos, razão pela qual somente o seu titular poderá renunciá-los.

5. (CEBRASPE-CESPE – 2020) É característica dos direitos fundamentais do cidadão

- a) a disponibilidade.
- b) a prescritibilidade.
- c) a relatividade.
- d) a nacionalidade.
- e) a unicidade.

6. (CEBRASPE-CESPE – 2018) Considere as duas afirmações a seguir.

I. Em um processo judicial, o Estado deve assegurar a observância do contraditório e da ampla defesa.

II. Nas relações entre a imprensa e os particulares, a imprensa deve observar o direito à honra, sob pena de consequências como direito de resposta e indenização por dano material ou moral.

As afirmações I e II contemplam situações que exemplificam a

- a) eficácia horizontal dos direitos fundamentais.
- b) eficácia externa dos direitos fundamentais.
- c) eficácia diagonal dos direitos individuais.
- d) eficácia vertical e a eficácia horizontal dos direitos individuais, respectivamente.
- e) eficácia externa e a eficácia vertical dos direitos individuais, respectivamente.

7. (CEBRASPE-CESPE – 2018) De acordo com a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- a) Síndico de condomínio não está obrigado a oportunizar o direito de defesa a morador para o qual aplicará multa por comportamento antissocial.
- b) As relações especiais de sujeição a que estão vinculados os militares justificam a restrição da possibilidade de crítica pública veiculada por associação de praças do exército.
- c) A exclusão de sócio de associação privada sem fins lucrativos independe do contraditório e da ampla defesa, desde que haja previsão estatutária.
- d) O efeito horizontal indireto obriga o Poder Judiciário a observar a normatividade dos direitos fundamentais ao decidir conflitos interindividuais.
- e) A eficácia horizontal imediata impõe a igualdade de tratamento dos direitos fundamentais entre particulares, tal como ocorre nas relações entre indivíduos e o Estado.

8. (CEBRASPE-CESPE – 2017) A respeito dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

I. A concretização dos direitos sociais previstos na CF, dada a natureza prestacional desses direitos, submete-se aos limites do financeiramente possível.

II. Direitos e garantias previstos em normas e tratados internacionais sobre direitos humanos assumem estatuto de norma constitucional automaticamente, no momento da sua assinatura pelo Brasil.

III. Em decorrência do princípio da máxima efetividade, as normas definidoras de direitos e garantias fundamentais possuem, em quaisquer hipóteses, eficácia plena e imediata.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas o item III está certo.
- d) Nenhum item está certo.

9. (CEBRASPE-CESPE – 2016) Em atenção aos direitos e garantias fundamentais da Constituição brasileira, assinale a opção correta.

- a) A constituição consagra expressamente a teoria absoluta do núcleo essencial de direitos fundamentais.
- b) Direitos fundamentais formalmente ilimitados, desprovidos de reserva legal, não podem sofrer restrições de qualquer natureza.
- c) O gozo da titularidade de direitos fundamentais pelos brasileiros depende da efetiva residência em território nacional.

d) Há direitos fundamentais cuja titularidade é reservada aos estrangeiros.

e) A reserva legal estabelecida para a inviolabilidade das comunicações telefônicas é classificada como simples, e para a identificação criminal reserva qualificada.

10. (CEBRASPE-CESPE – 2015) Assinale a opção correta em relação aos direitos fundamentais e aos conflitos que podem ocorrer entre eles.

- a) A proibição do excesso e da proteção insuficiente são institutos jurídicos ligados ao princípio da proporcionalidade utilizados pelo STF como instrumentos jurídicos controladores da atividade legislativa.
- b) Sob pena de colisão com o direito à liberdade de pensamento e consciência, o STF entende que a autorização estatutária genérica conferida à associação é suficiente para legitimar a sua atuação em juízo na defesa de direitos de seus filiados.
- c) Como tentativa de evitar a ocorrência de conflito, a legislação brasileira tem imposto regras que impedem o exercício cumulado de diferentes direitos fundamentais.
- d) Os direitos fundamentais poderão ser limitados quando conflitarem com outros direitos ou interesses, não havendo restrição a tais limitações.
- e) A garantia de proteção do núcleo essencial dos direitos fundamentais está ligada à própria validade do direito, mas não guarda relação com a sua eficácia no caso concreto.

→ GERAÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

11. (CEBRASPE-CESPE – 2021) São considerados direitos fundamentais de quarta geração

- a) os direitos culturais e o direito ao meio ambiente equilibrado.
- b) os direitos econômicos e o direito à democracia.
- c) o direito à democracia e o direito à informação.
- d) o direito ao desenvolvimento e o direito à comunicação.
- e) o direito ao pluralismo e o direito ao patrimônio histórico e cultural.

12. (CEBRASPE-CESPE – 2019) Considerando-se o surgimento e a evolução dos direitos fundamentais em gerações, é correto afirmar que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é considerado, pela doutrina, direito de

- a) primeira geração.
- b) segunda geração.
- c) terceira geração.
- d) quarta geração.

13. (CEBRASPE-CESPE – 2019) No que se refere à teoria geral dos direitos fundamentais e aos direitos e deveres individuais e coletivos, é correto afirmar que

- a) o chamado direito de resistência inclui-se entre os direitos fundamentais de segunda dimensão.
- b) a igualdade formal é característica típica dos direitos fundamentais de segunda dimensão.
- c) o direito de greve é classificado como direito fundamental de terceira dimensão.
- d) a titularidade dos direitos fundamentais de terceira dimensão é sempre individual.
- e) o direito à comunicação inclui-se entre os direitos fundamentais de terceira dimensão.